

Evolução dos sistemas de produção de porco Alentejano e efeitos do aumento de preço dos alimentos compostos na viabilidade económica da actividade

Luís S. Fernandes; Amadeu B. Freitas; Manuel Cancela d'Abreu

Universidade de Évora, I C A M

1. Breve resenha histórica

A produção de suínos em Portugal até aos anos 50 do século passado baseou-se na exploração de duas raças autóctones: Bísara e Alentejana.

Nas regiões a norte do rio Tejo dominava a raça Bísara explorada para auto-consumo, em efectivos de pequena dimensão, estabulados permanentemente e alimentados com subprodutos da exploração agrícola e restos de cozinha. No Sul, especialmente nas regiões com montado, predominava a raça suína Alentejana explorada em regime extensivo e integrada num complexo agro-silvo-pastoril bem definido, valorizando os recursos alimentares naturais, nomeadamente as ervas dos pousios, os restolhos dos cereais e os frutos dos montados de azinho e sobro (Póvoas Janeiro, 1944; Baptista, 1993).

A partir do final dos anos 50 e até ao início da década de 90 assistiu-se, por um lado, à diminuição dos efectivos de porco Alentejano e ao abandono do sistema de montanha e, por outro lado, ao desenvolvimento da suinicultura intensiva baseada na utilização de *raças de carne*, na utilização massiva de alimentos compostos e no avultado investimento em instalações (Freitas, 1998).

A alteração dos hábitos alimentares, o aparecimento da Peste Suína Africana e o reduzido interesse da indústria de salsicharia, conjuntamente com o êxodo rural e a mecanização da agricultura, foram determinantes para a diminuição dramática dos efectivos e o abandono de vastas áreas de montado (Nunes, 1993).

Frazão (1984) reportando-se ao ano de 1980 referia que "...havia mantas de bolota já apodrecida sob as azinheiras, e depois vá de importar rações para o gado (...) as azinheiras abatem-se pelo preço alto do carvão, tende-se a passos largos para a desertificação das magras terras do Alentejo-Sul, e é o porco, pela sua falta, de que só ao homem cabe por inteiro a responsabilidade, o grande fator deste desmando ecológico".

A partir de 1990 a fileira produtiva do porco Alentejano registou profundas alterações. Para salvaguardar os efectivos ainda existentes e evitar a extinção da raça foram concedidos apoios financeiros a esta raça autóctone, que também abrangeram a recuperação dos montados e a reintrodução do porco de montanha. Os produtores organizaram-se em Associações (ACPA e ANCPA) e estas uniram-se, em 1992, na

União de Associações (UNIAPRA), que ficou responsável pela gestão do Livro Genealógico da Raça Suína Alentejana.

Apesar das ajudas ao rendimento decorrentes da Reforma da PAC de 1992 terem incidido principalmente nos sectores dos bovinos de carne (também nos pequenos ruminantes mas com menor expressão) e das culturas arvenses, a produção de suínos de raça Alentejana evoluiu por duas razões: a) preços ao produtor relativamente compensadores; b) fácil enquadramento nos planos de exploração das empresas agropecuárias de sistema extensivo com áreas de montado, numa relação de complementaridade com as actividades de produção de ruminantes (Fernandes, 1999).

A protecção e certificação da carne e dos produtos transformados, através do uso de Denominação de Origem e/ou de Indicação Geográfica, ao garantir junto dos consumidores a sua genuinidade e qualidade, foi um instrumento fundamental para incrementar a procura destes produtos. A existência de um segmento de mercado de qualidade superior, em expansão, possibilitou o desenvolvimento do sector da transformação, assistindo-se à abertura de novas unidades industriais de fabrico de presuntos e enchidos.

Estas alterações permitiram que a produção extensiva de porco Alentejano deixasse de ser uma actividade incerta destinada ao mercado das matanças caseiras e dos leitões para assar, tornando-se organizada e vocacionada para a produção de carne e de produtos transformados de elevada qualidade.

2. O sistema tradicional

Desde tempos remotos que o porco Alentejano é explorado em regime extensivo, fazendo parte e perfeitamente integrado num sistema agro-silvo-pastoril bem definido, onde a montanha - engorda intensiva dos animais nos montados de azinho e sobre, durante os três ou quatro meses que decorriam entre o final de Outubro, princípios de Novembro, a fins de Fevereiro - representava o elemento estratégico do sistema de produção.

A pastagem constituía o principal recurso alimentar das porcas e apenas nas épocas mais críticas se recorria à suplementação com cereais (cevada, aveia ou milho), leguminosas (gramicha, fava ou grão preto), restos da apanha da azeitona, bagaço de azeitona, restolhos ou farelos (Frazão, 1965).

Os leitões até aos 20-25 dias de idade ingeriam apenas o leite materno. Com um mês ou um mês e meio de idade os leitões começavam a sair para a pastagem e recebiam alguma cevada. Como se pretendia gastar o mínimo, a alimentação dos porcos *erriços* baseava-se na erva e nos *agostadouros* (nome dado aos restolhos dos cereais), onde aproveitavam algum grão, enquanto que os *outoniços* se contentavam com alguma erva se ocorria uma *outonada* precoce e os restos *da bolota* deixados pelos porcos engordados no montado (Vacas, 1944; Frazão, 1965), o que condicionava o crescimento e alongava o ciclo de produção.

O sistema funcionava numa lógica de mínimo custo de produção, o porco tinha que sobreviver fazendo o menor gasto possível, o que se traduzia na fome por que os animais passavam sobretudo no período entre as pastagens de Primavera e os *agostadouros* do Verão e, quando estes se esgotavam, no período que antecedia a montanha (Freitas, 1998; Fernandes, 1999).

Durante a engorda em montanha a alimentação fortemente energética possibilitava a obtenção de ganhos médios diários extremamente elevados. No final do século XVIII, os suínos de raça Alentejana eram *cevadados* nos montados entre os 18 meses e os 2 anos de idade, sendo abatidos com 200 ou mesmo 250 kg (Bernardo Lima, 1865). Nos anos 50 do século passado entravam na montanha os porcos com 15 a 20 meses de idade, sendo engordados até aos 150 -170 kg (Frazão, 1965).

3. Os sistemas mais recentes

O principal objectivo da produção de porco Alentejano é o fornecimento de matéria-prima às indústrias de presuntos. Estes presuntos, nomeadamente os obtidos de porcos engordados nos montados, são produtos muito valorizados e com elevada procura no mercado, existindo mesmo produtores que produzem exclusivamente para o mercado espanhol, assim como agricultores que alugam os seus montados para acabamento de animais da raça Ibérica.

A produção extensiva de porco Alentejano visa também o fornecimento de matéria-prima para a produção de enchidos, que nos últimos anos conheceram um forte crescimento. Também a procura de carne para consumo em fresco tem vindo a aumentar, sendo uma alternativa de produção, nomeadamente dos animais, que pela sua época de nascimento não se destinam à montanha, e que tradicionalmente se destinavam ao mercado de leitão para assar.

Actualmente 27 produtos de porco Alentejano são certificados (**Quadro I**), dos quais 4 beneficiam de Denominação de Origem Protegida (DOP), enquanto que 23 se enquadram em Indicação Geográfica Protegida (IGP), sendo de esperar que o seu número aumente dado a diversidade e especificidade dos enchidos e ensacados de porco que fazem parte do património alimentar da região Alentejo.

Quadro I - Produtos de porco Alentejano certificados

Denominação de Origem	Indicação Geográfica
Presunto de Barrancos	Presunto de Campo Maior e Elvas
Presunto do Alentejo	Paleta de Campo Maior e Elvas
Paleta do Alentejo	Presunto da Santana da Serra
Carne de Porco Alentejano	Paleta de Santana da Serra
	Enchidos de Portalegre (10)
	Enchidos de Estremoz e Borba (7)
	Enchidos de Beja (2)

Fonte: GPP-MADRP, 2007

As modalidades de exploração actuais conservam os traços dominantes e as características mais interessantes do sistema de produção tradicional, nomeadamente a engorda de porcos na montanha associada e complementando a exploração de porcas reprodutoras. A utilização massiva de alimentos compostos e o encurtamento do ciclo de produção são as principais alterações introduzidas no sistema de produção.

Não existe um sistema de produção uniforme, já que as épocas de cobrição, o maneo alimentar, o peso e idade de abate variam de exploração para exploração, em função da tradição e do destino da produção.

No que diz respeito às explorações de porcas reprodutoras os efectivos variam entre 5 e 100 fêmeas, continuando a serem utilizadas as malhadas tradicionais, embora se tenha assistido, nos últimos anos, à introdução e expansão do sistema *camping*.

As porcas são cobertas duas vezes por ano, com algumas explorações a optarem pela divisão do efectivo em 2 lotes, implicando 4 épocas de partos por ano. Os leitões nascidos no final do Verão e/ou no Outono são orientados, predominantemente, para a produção de matéria-prima destinada à indústria de presuntos (Presunto de Barrancos ou exportação para Espanha), sendo recriados e, posteriormente, engordados na montanha. Da segunda parição escolhem-se os animais de substituição, destinando-se os restantes à indústria de enchidos, à produção de carne para consumo em fresco e ao mercado de leitão para assar.

Os leitões Alentejanos nascem com um peso vivo oscilando entre 1,1 e 1,3 kg (consoante a alimentação das porcas), sendo alimentados com leite materno até ao

desmame, que se efectua entre os 45 e 60 dias de idade e cerca de 10 a 14 kg de peso vivo.

Após esta fase de cria os leitões entram no período de recria, incluindo a fase após o desmame (entre os 14 e 25 kg de peso vivo e uma duração aproximada de um mês) e a fase de crescimento (entre os 25 kg e a entrada em montanha ou o abate). Nos animais que se destinam à engorda em montanha, também é usual incluir no período de recria a fase de pré-montanha, compreendida entre Julho e Outubro, que antecede a entrada dos animais nos montados.

O produto final e os recursos alimentares da exploração condicionam a alimentação, especialmente durante o acabamento, que poderá ser exclusivamente em montanha, em regime alimentar misto, constituído por alimentos disponibilizados pela natureza (bolota, erva, restolhos de cereais, restolhos de leguminosas) e por um complemento de cereais produzidos na exploração (milho, cevada, triticale) ou, ainda, exclusivamente com alimentos alternativos que poderão ser fabricados na exploração ou adquiridos no mercado.

A duração do ciclo de produção depende essencialmente do tipo de produto final: leitão para assar, carne para consumo em fresco, matéria-prima para indústria de enchidos ou indústria de Presunto.

Na produção de Carne de Porco Alentejano (para consumo em fresco) os porcos são abatidos entre os 8 e 14 meses de idade e um peso vivo variando entre os 90 a 100 kg (embora se admitam carcaças com um peso mínimo de 50 kg e máximo de 120 kg).

No caso da produção se destinar ao fornecimento de matéria-prima utilizada na elaboração de enchidos certificados com Indicação Geográfica (Portalegre, Estremoz e Borba e Beja) os porcos são abatidos entre os 120 a 140 kg de peso vivo (originando carcaças com um peso mínimo de 90 kg).

Pesos vivos entre os 150 e 170 kg são exigidos no caso da produção se destinar à indústria nacional de presunto (Barrancos, Alentejo, Campo Maior e Elvas e Santana da Serra) ou ao mercado espanhol.

4. Efeitos do aumento de preço dos alimentos compostos na viabilidade económica da actividade

A interdependência entre os preços de mercado do porco Alentejano e das matérias-primas (sobretudo cereais) utilizadas na sua alimentação constituem um elemento fundamental para os resultados económicos da actividade. Carvalho (1964) referiu que no período 1934-56 a relação “preço kg peso vivo do porco / preço kg da cevada era de 5,4 e para o milho de 4,0”. Nessa época praticava-se o sistema tradicional (descrito sumariamente no ponto 2.), pelo que os suplementos alimentares estavam restringidos a fases pontuais do ciclo de produção, não representando valor muito significativo na estrutura de custos.

Com o relançamento da actividade ocorrido a partir dos anos 90, o modelo aplicado pela generalidade dos produtores divergiu do “tradicional”, com regimes alimentares mais equilibrados e conseqüente redução da idade de entrada em montanha. As recrias (e também o acabamento para os animais provenientes da parição em contra-ciclo de montanha) em parques cercados e com distribuição de alimentos em comedouros passou a ser frequente, surgindo na indústria de alimentos compostos para animais produtos especificamente destinados a suínos em regime extensivo, mesmo com indicação para o porco da raça Alentejana.

O recente aumento de preço dos alimentos compostos para animais, motivado pela alta de custo das matérias-primas, afecta fortemente a viabilidade da generalidade das empresas pecuárias que recorrem a compras de alimentos. A actividade porco

Alentejano também está envolvida neste quadro, pelo que será objecto de avaliação comparativa em dois cenários de preços e para três fases do processo produtivo.

A situação de referência é um efectivo constituído por 60 fêmeas reprodutoras e 6 varrascos, com 2 épocas de cobrição. Os leitões nascidos no Outono destinam-se à montanha no ano seguinte (Presunto DOP) e a criação de Primavera é conduzida para o mercado da Carne DOP. O efectivo é explorado no sistema *camping*, sendo a totalidade da alimentação de reprodutores, de recría/acabamento dos animais carne DOP e dos animais até à entrada em montanha exclusivamente suportada por alimentos compostos comerciais.

O estudo tem por objectivo comparar custos de produção e resultados económicos entre o quadro referencial de preços de 2006 (anterior ao aumento extraordinário dos alimentos) e a situação observada em Dezembro de 2007.

Os valores correntes de 2006 (alimentos compostos, mão-de-obra, preços de mercado dos animais comercializados, etc.) foram actualizados para final de 2007 através de um factor de capitalização que assumiu a taxa de inflação verificada no país, o que permite comparar resultados dos dois períodos diferentes em termos reais.

As fases do processo produtivo consideradas no estudo foram as seguintes: **A- produção de leitões (aproximadamente às 8 semanas de vida); B- criação de Primavera para Carne DOP e C- criação de Outono para Presunto DOP.**

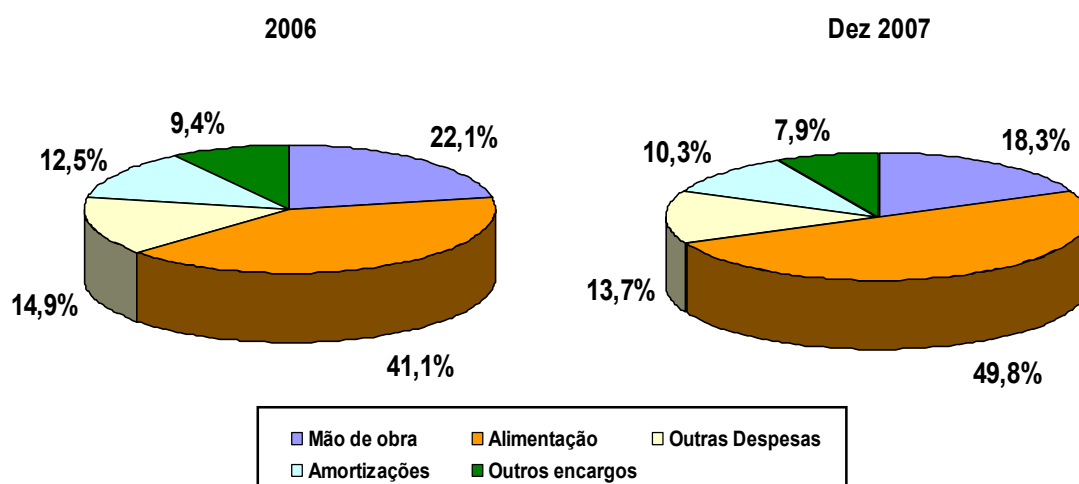
A- Produção de leitões

Dos parâmetros técnicos correspondentes a esta fase da produção indicam-se a taxa de fertilidade de 90% e 6,5 leitões desmamados por fêmea parida. O valor de mercado por leitão foi de 45 € (de realçar que o preço de mercado dos leitões apresenta flutuações significativas entre anos, épocas do ano e regiões).

Da análise comparativa entre os cenários de preços de alimentos compostos observados em 2006 e em final de 2007 (**Gráfico 1**) fica evidente o aumento da quota-parte da alimentação, que atinge neste último ano quase 50% do total de custos reais e atribuídos, ficando em segunda posição o factor trabalho.

A rubrica “outras despesas” inclui energia e água, registo de reprodutores e leitões, assistência e produtos veterinários, reparações e conservações de equipamentos e estruturas e gastos gerais. As amortizações reportam a capital fixo vivo, equipamento e estruturas. Em “outros encargos” constam a remuneração atribuída ao empresário, reserva para riscos e juros atribuídos aos capitais de exploração fixo, fundiário e circulante.

Gráfico 1: Repartição de custos da fase “Produção de Leitões” para os cenários 2006 e Dezembro 2007



No **Quadro 2** comprova-se a fraca rendibilidade desta fase do processo produtivo, já verificada no cenário 2006 (custo total de 46,7 € por leitão) e obviamente agravada pelo aumento de preço dos alimentos compostos, situando o rácio entre resultado final e custo de produção total em -20,2%.

Esta situação deriva da baixa prolificidade que a raça Alentejana apresenta comparativamente com as raças de suínos exploradas nos sistemas intensivos, pelo que a actividade de produção de leitões recorrendo a alimentos adquiridos no exterior só se justifica desde que o produtor tenha condições para realizar recria/acabamento dos animais na própria empresa.

Quadro 2: Resultados económicos da fase “Produção de Leitões”

	2006	Dez/2007
Rendimento Bruto (RB) (€)	16795,0	16795,0
Despesas (€)	15040,1	18656,5
Restantes encargos (€)	2356,3	2382,5
Custo base Leitão (€)	43,0	53,3
Custo total Leitão (€)	46,7	57,1
RB – Despesas (€)	1754,9	-1861,5
RB – Custo total (€)	-601,4	-4244,0
Taxa Rend. Global (%)	-3,5%	-20,2%

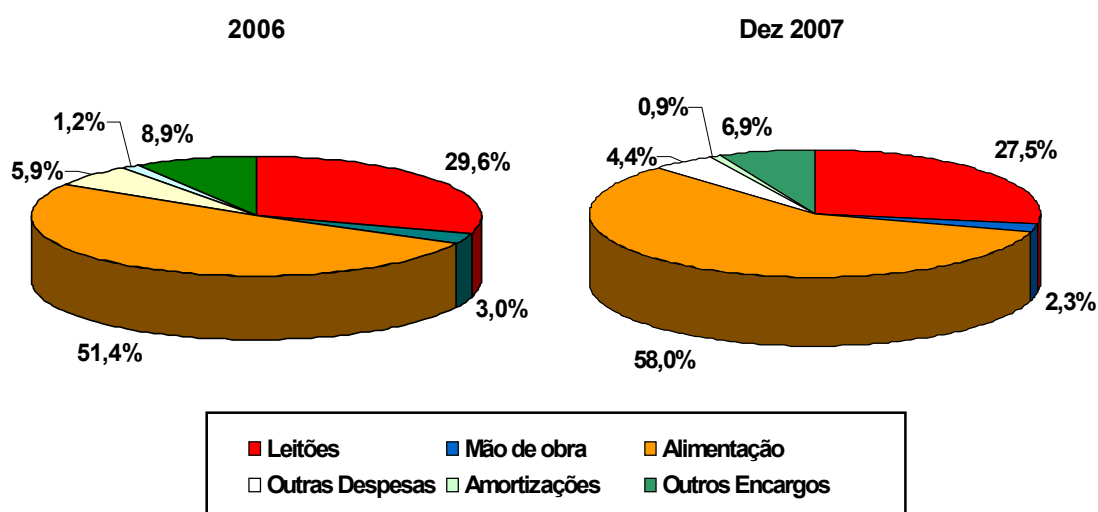
B- Produção de animais para Carne DOP

Na determinação de custos e cálculo de resultados económicos para os objectivos de produção de animais “Carne DOP” e “Presunto DOP” assumiu-se que o ciclo produtivo se iniciaria a partir de leitões desmamados, o que implica considerar o valor de aquisição de leitões nos respectivos custos. O valor utilizado nos orçamentos destas actividades foi o custo total de produção de leitões obtido para os cenários 2006 e 2007, respectivamente. Este procedimento justifica-se por se considerar mais adequado avaliar economicamente a actividade porco Alentejano em empresas que integrem toda a fileira da produção. Nos casos de produtores que só realizem recria e acabamento (ou mesmo só acabamento em montanha) o quadro referencial será condicionado pela idade e peso que os animais apresentarem na altura da aquisição, implicando preços de compra específicos para cada situação.

Quanto à repartição de custos de produção de animais para Carne DOP (**Gráfico 2**), o acréscimo de importância dos custos da alimentação é notório, o que associado ao valor do leitão origina que esta actividade apresenta no quadro de final de 2007 cerca 85% do custo total associado a esses dois factores de produção. A mão-de-obra tem reduzida expressão nesta actividade, em virtude dos animais se encontrarem em parques cercados.

Para o cálculo do rendimento bruto considerou-se um peso vivo médio por animal de 100 kg, com preço de mercado de 2,4 € por kg de carcaça. Dos resultados económicos (**Quadro 3**) evidencia-se a forte quebra de rendibilidade motivada pelo aumento de custos em alimentação, passando de uma taxa muito vantajosa (18,3%) para valor negativo (-10,8%). Para os preços de final de 2007, o montante de rendimento bruto não consegue sequer superar as despesas realizadas na actividade (ou seja, mesmo não considerando amortizações e encargos atribuídos), tal como o custo base unitário (não inclui encargos atribuídos) se situa acima do valor a que os animais são comercializados.

Gráfico 2: Repartição de custos da fase “Produção de Animais para Carne DOP” nos cenários 2006 e Dezembro 2007



Quadro 3: Resultados económicos da fase “Produção de Animais para Carne DOP”

	2006	Dez/2007
Rendimento Bruto (RB) (€)	65370,2	65370,2
Despesas (€)	49652,0	67621,4
Restantes encargos (€)	5589,0	5696,8
Custo base unitário (€)	150,7	203,4
Custo total unitário (€)	162,2	215,3
RB – Despesas (€)	15718,2	-2251,1
RB – Custo total (€)	10129,2	-7947,9
Taxa Rend. Global (%)	18,3%	-10,8%

C- Produção de animais para Presunto DOP

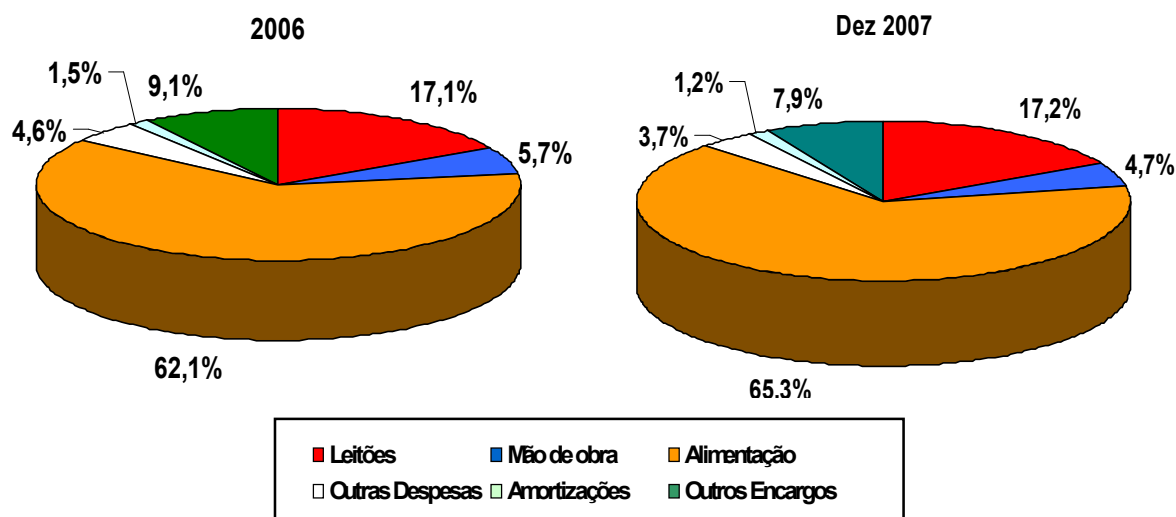
Esta actividade decorre em sistema de produção semelhante ao da Carne DOP até à fase de entrada em montanha, o que acontece quando os animais atingem cerca de 1 ano e 100 kg de peso vivo.

Nos custos referentes à utilização do montado considerou-se o valor de 45 € por hectare, com encabeçamento de 1,7 hectares por animal em montanha. Para cálculos económicos incluiu-se o valor do montado no conjunto dos custos reais (foi tratado como despesa), apesar de constituir um custo de oportunidade no caso das empresas detentoras deste recurso alimentar. No entanto, face aos objectivos deste trabalho, optou-se pelo procedimento atrás descrito, fixando o valor de 45 € por hectare para os dois cenários temporais.

A repartição de custos pelas 6 rubricas consideradas (Gráfico 3) mostra claro domínio da alimentação, mas o acréscimo entre os cenários 2006 e final de 2007 é somente de 3,2 pontos percentuais por motivo do valor do montado ser constante nas duas situações.

Na determinação do rendimento bruto o peso vivo dos animais considerado foi de 150 kg, vendidos ao preço de 3 € por kg de carcaça. O aumento de custo dos alimentos compostos reduziu fortemente a viabilidade da actividade mas apesar disso mantém taxa de rendibilidade positiva. Para tal situação contribui a não alteração do valor do montado entre cenários temporais e a alta viabilidade atingida no quadro económico de 2006.

Gráfico 3: Repartição de custos da fase “Produção de Animais para Presunto DOP” nos cenários 2006 e Dezembro 2007



Quadro 4: Resultados económicos da fase “Produção de Animais para Presunto DOP”

	2006	Dez/2007
Rendimento Bruto (RB) (€)	121305,6	121305,
Despesas (€)	85941,0	105840,9
Restantes encargos (€)	10091,3	10570,7
Custo base unitário (€)	264,4	323,4
Custo total unitário (€)	285,0	345,5
RB – Despesas (€)	35364,6	15464,7
RB – Custo total (€)	25273,4	4894,0
Taxa Rend. Global (%)	26,3%	4,2%

5. Notas finais

A actividade porco Alentejano apresenta para as regiões em que é explorado benefícios económicos, sociais e ambientais idênticos aos que Garcia Casco (2005) identifica para o porco Ibérico, acrescentando que se as autoridades nacionais e autonómicas espanholas parecem estar conscientes destas circunstâncias, falta algum trabalho de chamada de atenção da União Europeia para diferenciar positivamente esta actividade em relação à produção intensiva de carne de suíno.

Num contexto de alterações recentes da Política Agrícola Comum, com o desligamento das ajudas e a aplicação do regime de pagamento único, as empresas agrícolas estão obrigadas a implementar planos de exploração mais orientados para o mercado, em que os rendimentos dos produtos comercializados deverão suportar os custos reais e atribuídos inerentes a cada actividade praticada. O risco de redução de actividade produtiva existirá para algumas empresas e sistemas (motivado pela existência do RPU e por alguns rendimentos decorrentes do reconhecimento da multifuncionalidade dos agricultores); no entanto, também surge um quadro em que a conjugação entre agro-negócio e eco-ruralidade pode incentivar iniciativas promotoras de crescimento económico e desenvolvimento rural (Marques e Fernandes, 2003).

No que respeita à actividade porco Alentejano, o modelo de produção baseado no recurso a alimentos compostos, quer para reprodutores, quer para os animais até à entrada em montanha ou na totalidade da recria/acabamento para carne fresca ou indústria de salsicharia, necessitará ser revisto por motivo da provável continuidade em alta dos preços das matérias-primas mais utilizadas no fabrico de alimentos. A possibilidade de aumento dos preços dos porcos poderá não acontecer, pelo que as empresas agro-pecuárias com recursos para esta actividade deverão procurar incluir nos respectivos planos de exploração as actividades mais adequadas para suportar parte das necessidades alimentares dos suínos através de produção própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, F. O. (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Coleção Textos/22. Ed. Afrontamento. Porto.

BERNARDO LIMA, S. (1865). História Natural e Económica do Porco. *O Arquivo Rural*, VII: 91-96.

CARVALHO, J. O. (1964). *Contribuição para o Estudo Económico da Montanha*. Ed. Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Lisboa.

FERNANDES, L. S. (1999). *Campos do Sul: da história e agro-economia do porco Alentejano ao desenvolvimento sustentável da sua agricultura*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. 518 pp

FRAZÃO, T. L. (1965). O Porco Alentejano. *Boletim Pecuário*. Ano XXXIII, nº4: 13-75.

FRAZÃO, T. L. (1984). O Porco Alentejano Melhorado. *Boletim Pecuário*. Ano L: 36-60.

FREITAS, A A G.B.. (1998). *Influência do nível e regime alimentar em pré-acabamento sobre o crescimento e desenvolvimento do porco Alentejano e suas repercussões sobre o acabamento em montanha e com alimento comercial*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. 305 pp

GARCIA CASCO, J. M. (2005). El sector porcino Ibérico en las dehesas de Extremadura – situación actual e perspectivas. *Jornadas Técnicas “Gestión ambiental y económica del ecosistema dehesa en la Península Ibérica”*. Ed. Junta de Extremadura, pp 205-214.

MARQUES, C. F. e FERNANDES, L. S. (2003). A pecuária extensiva no contexto da Reforma da PAC. *XIII Congresso de Zootecnia*. APEZ. Évora. (publicado em CD).

NUNES, J.L.T.. (1993). *Contributo para a reintegração do porco Alentejano no Montado*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. 270 pp

PÓVOAS JANEIRO, J. (1944). A Suinicultura em Portugal. *Boletim Pecuário*, Ano XII, nº2: 4-192.

VACAS, M. N. (1944). Aspectos Antropogeográficos do Alentejo. *Suplementos de BIBLOS*, 3: 53-56.